

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: País quer apresentar RenovaBio na COP 23](#) 19

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Poder em Jogo	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Justiça e Cade travam mais de 40% da venda de ativos pela Petrobras	3
Título: Volkswagen vai produzir caminhão elétrico em fábrica no Rio	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6

Título: Recall em três leniências.....	6
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Preço inviabiliza leilões para longo prazo	8
Título: Destaques	9
Título: Eletrobrás se defende de ação nos EUA sem mencionar corrupção	9
Título: Celg terá este mês primeiro reajuste após privatização.....	11
Título: Demora em baixa de refinarias da Petrobras motiva processo da CVM	12
Título: Shell reforça atuação em exploração no Brasil.....	16
Título: Gerdau fecha captação de US\$ 650 milhões	17
Título: Disputa entre Petrobras e ANP será definida por arbitragem.....	18
Título: País quer apresentar RenovaBio na COP 23	19

VEÍCULO: O Globo

Seção: Política / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

EDUARDO BRAGA, SENADOR (PMDB-AM)

O senador Eduardo Braga (PMDB), também ex-ministro de Minas e Energia, defende a privatização da Eletrobrás, mas ressalva: desde que haja o mecanismo de "golden share". Ele acha que a União deve manter poder de veto sobre assuntos estratégicos após a venda das empresas. "É necessário também que a proposta enviada ao Congresso esteja bem amarrada no sentido de garantir a segurança nacional"! Assim como Lobão, ele é do PMDB e não participou de discussões sobre o assunto.

EDISON LOBÃO, SENADOR (PMDB-MA)

Ex-ministro de Minas e Energia, o senador Edison Lobão é contra a privatização do ramo gerador da Eletrobrás. "É uma reserva estratégica que o Estado precisa preservar em suas mãos. Já as distribuidoras da Eletrobrás têm de ser privatizadas" diz. Lobão afirma que, nos EUA, as hidroelétricas pertencem ao Exército. "É estratégico. Ninguém toca" O senador, que é do partido do presidente, não foi chamado a debater o assunto. "Certamente porque não

tenho nada a dizer após sete anos de ministério. É uma coisa medonha" ressentente-se.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Justiça e Cade travam mais de 40% da venda de ativos pela Petrobras

Mais de 40% do valor já negociado pela Petrobras em seu processo de venda de ativos, iniciado há dois anos, esbarra em impasses na Justiça e com a defesa da concorrência atingem. Mas, apesar das dificuldades, a estatal, diz que está mantida a meta de levantar US\$ 21 bilhões até o fim do ano que vem.

A empresa enfrenta processos na Justiça contra a venda de dois campos do pré-sal e questionamentos no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) referentes às vendas da distribuidora de gás de botijão Liquigás e de empresas petroquímicas.

As quatro operações somam US\$ 5,9 bilhões, 43% dos US\$ 13,6 bilhões que a Petrobras negociou até o fim do ano passado, ainda sob modelo que passou a ser questionado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Após acordo com TCU, em março, novas regras foram implantadas e já foram abertas negociações para a venda de 20 novos pacotes de ativos da estatal, nenhuma delas concluída até agora.

"Depois da Lava Jato, está mais difícil aprovar vendas de ativos, mas não é só para a Petrobras. Todo mundo está enfrentando processos mais severos", diz Pedro Galdi, analista de investimentos da Magliano Corretora.

Na terça (10), a Justiça de Sergipe suspendeu por liminar a operação de venda de participações em campos do pré-sal à francesa Total, parte de um negócio de US\$ 2,2 bilhões, alegando que a transação não poderia ser feita sem licitação. Em nota distribuída na quarta-feira (11), a companhia petrolífera informou que vai recorrer assim que for notificada da decisão.

No mesmo Estado, a estatal já enfrenta uma ação contra a venda da área de Carcará à Statoil, por US\$ 2,5 bilhões. Na terça-feira, derrubou em segunda instância liminar que suspendeu a venda em abril, mas o processo ainda será analisado.

SEM GÁS

No Cade (órgão que regula a concorrência), a Petrobras teve seu maior revés no fim de agosto, com a recomendação de veto à venda da Liquigás ao grupo Ultra, negócio de US\$ 850 milhões, devido ao risco de concentração excessiva do mercado.

A Ultra é dona da Ultragaz, que disputa com a Liquigás a liderança do setor. Juntas, as duas empresas controlavam, no fim de 2016, 43,2% das vendas do combustível no país. As companhias esperam tentar convencer o plenário do órgão a aceitar um plano de venda de ativos em regiões onde o mercado é mais concentrado.

Na terça, a estatal teve outro revés no Cade, que declarou "complexa" a análise da venda da Petroquímica Suape (Pernambuco) e da Citepe (Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco) para a mexicana Alpek. O órgão pediu novas diligências para avaliar os efeitos da operação.

Criado com o objetivo de levantar recursos para pagar dívidas, o plano de venda de ativos da Petrobras vem enfrentando uma série de obstáculos desde que foi lançado.

A incerteza jurídica chegou a ser usada como argumento para que a australiana Karoon desistisse, em março, da compra dos campos de petróleo Baúna e Tartaruga Verde.

No fim do ano passado, o TCU suspendeu todas as negociações em estágio inicial, liberando a Petrobras para concluir apenas cinco processos em que já havia passado da primeira fase de conversa.

O tribunal determinou que a estatal implantasse um novo modelo de vendas, mais transparente.

FUNDAMENTAIS

Para analistas do banco UBS, três operações serão fundamentais para que a companhia consiga cumprir sua meta: a abertura de capital na Bolsa da BR Distribuidora, a venda de 90% da malha de gasodutos do Nordeste e de sua fatia na petroquímica Braskem.

Dos três, apenas a operação envolvendo os dutos foi iniciada. O lançamento de até 40% das ações da BR, empresa avaliada pelo UBS em R\$ 29 bilhões, está previsto ainda para este ano.

Editoria de Arte/Folhapress

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Volkswagen vai produzir caminhão elétrico em fábrica no Rio

A Volkswagen Caminhões e Ônibus, empresa do grupo MAN Latin America, apresentou nesta quarta-feira (11), na Alemanha, o protótipo do e-Delivery, caminhão elétrico que será produzido na fábrica de Resende, no Rio de Janeiro. O modelo de pequeno porte para entregas urbanas começará a ser testado no Brasil no próximo ano em serviços de distribuição, e a produção em linha de montagem deve começar em 2020.

O e-Delivery é a versão "eco" do Delivery, um VUC (Veículo Urbano de Carga) já fabricado pela MAN. O novo caminhão estará disponível para transportar cargas de até 9 ou 11 toneladas, dependendo da versão.

Para Roberto Cortes, presidente da MAN Latin America, a novidade vai inserir "definitivamente a engenharia brasileira na rota global de tecnologia."

"O e-Delivery representa um marco na história da Volkswagen Caminhões e Ônibus. Trata-se de uma plataforma totalmente nova, desenvolvida no Brasil, na busca de alternativas de mobilidade nas cidades", afirmou.

A produção integra o plano da divisão de caminhões da Volks no Brasil de investir R\$ 1,5 bilhões em produtos e modernização até 2021.

O anúncio do novo modelo ocorre em um momento em que montadoras e governos pelo mundo reúnem esforços para impulsionar a produção de veículos elétricos, não poluentes.

Em setembro, a Daimler entregou seu primeiro caminhão elétrico à United Parcel Service, empresa de entregas e logística norte-americana. Neste ano também, a Volvo já anunciou que todos os seus modelos terão motores elétricos a partir de 2019, e o governo do Reino Unido disse que vai proibir as vendas de carros movidos a gasolina e a diesel a partir de 2040.

A participação de caminhões elétricos no mercado de entregas locais deve ultrapassar 5% até 2025, estimou Andreas Renschler, presidente mundial do braço de caminhões da Volkswagen.

Renschler disse, no mesmo evento em que foi apresentado o e-Delivery, que a divisão investirá € 1,4 bilhões (R\$ 5,2 bilhões) em novas tecnologias, incluindo transmissão elétrica, sistemas autônomos e softwares baseados em nuvem. Ele ressalta que uma melhor tecnologia de bateria será a chave para reduzir os custos de operação e tornar os caminhões elétricos mais atraentes. Além dos preços elevados para os sistemas e os desafios de recarga, os dispositivos de bateria são pesados e roubam espaço, reduzindo a capacidade de carga, disse Renschler.

AUTONOMIA

O motor elétrico WEG AL160 do e-Delivery entregará 80 kW (109 cv) de potência, com torque máximo de 493 Nm (newton-metro). A bateria de íon-lítio terá autonomia de até 200 quilômetros.

Carregar completamente a bateria pode levar três horas. Mas no modo de recargar rápida, será possível assegurar 30% da carga em 15 minutos.

O freio regenerativo atua antes do freio pneumático, para desacelerar o veículo, recuperando até 30% de energia durante a frenagem e utilizando-a para recarregar as baterias.

O sistema Eco-Drive Mode reduz o consumo de baterias dependendo da condição de carga do veículo.

Compartilhar **313**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Renato Souza

Título: Recall em três leniências

O Tribunal de Contas da União está em um impasse com três empresas envolvidas no esquema de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato. O conflito começou quando o TCU decidiu fazer um recall dos acordos de leniência que foram firmados pelo Ministério Público Federal (MPF) com a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Camargo Correa. As empreiteiras foram acusadas em março de participar de fraudes nas **obras da usina nuclear de Angra 3**. O tribunal quer atualizar os valores a serem ressarcidos aos cofres públicos, para compensar as perdas na construção. No entanto, as empresas resistem a alterar a multa já acertada com o procurador Deltan Dallagnol, que integra a força-tarefa da operação.

Dallagnol procurou o TCU para pedir que as empresas não fossem declaradas inidôneas e impedidas de firmar contrato com o poder público. Na ocasião, o tribunal concedeu o prazo de 90 dias para que fosse encontrada uma maneira de ressarcir os cofres públicos do prejuízo nas obras da usina. O acordo de colaboração do MPF com as empresas prevê a devolução de R\$ 10 bilhões. Somente da Odebrecht o valor da multa chega a R\$ 3,8 bilhões, que vai alcançar a cifra de R\$ 8 bilhões em decorrência da atualização monetária. O TCU ameaça decretar a inidoneidade das empresas, caso o recall não seja feito no contrato. Com isso, as organizações podem ficar de fora dos contratos com o governo por até cinco anos.

Nos acordos firmados com as autoridades, as empresas se comprometeram a revelar ilícitos apurados em investigação interna — praticados na Petrobras e em outras esferas de poder —, envolvendo agentes políticos de governos federal, estaduais, municipais e estrangeiros. Tais malfeitos, no âmbito do grupo Odebrecht, eram realizados com o apoio do setor de operações estruturadas, que teve suas atividades denunciadas pela Lava-Jato. Por isso, a colaboração da empresa é vista como fundamental para a investigação.

No entanto, Dallagnol não conseguiu entrar em acordo com as três empresas para o ressarcimento dos valores. Uma fonte que teve acesso às negociações informou ao Correio que as empreiteiras alegam que, se o valor da multa aumentar, a continuidade das atividades das três no mercado seria colocada em risco. “Tudo que já está neste acordo é o que as empresas podem pagar. Além da multa, todas as revelações causaram grande baixa nos caixas”, destacou. O TCU decidiu conceder mais algumas semanas para que o procurador tente um acordo com as empreiteiras. Esse prazo vai até 20 de novembro, de acordo com informações do processo.

“Melhores práticas”

Em nota, a Andrade Gutierrez afirmou que, “ao assinar acordo de leniência com o órgão constitucionalmente competente para tal, o Ministério Público Federal, a empresa reafirmou sua intenção em executar melhores práticas, importantes para o avanço das investigações”. Ressalta ainda “que defende a legitimidade do contrato firmado com o MPF e que não pode ser prejudicada por divergências entre os órgãos de fiscalização”.

A Odebrecht informou que já pediu desculpas públicas por seus atos e que colaborou de forma eficiente para a investigação. “A Odebrecht fez um dos mais amplos, detalhados e comprovados relatos de casos de corrupção envolvendo empresas, autoridades e agentes públicos no Brasil e em vários países. A empresa reconheceu erros, pediu desculpas públicas, mudou de atitude, aprofundou mecanismos para prevenir e punir deslizes ou crimes”, destacou,

ressaltando que o poder público deve “confirmar a importância do acordo de colaboração”. O Grupo Camargo Corrêa destacou que “a construtora foi a primeira grande empresa do setor de engenharia e construção a firmar acordo de leniência com a Justiça brasileira, com o compromisso de colaborar com as investigações, corrigir irregularidades e reforçar programas de controle interno”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Preço inviabiliza leilões para longo prazo

Os preços elevados de energia no mercado de curto prazo e a expectativa de mudanças na formação de preços a partir de 2019 fizeram com que o governo desistisse de fazer um leilão de energia existente com contratos de prazo mais longo ainda neste ano. O entendimento foi que, se o leilão fosse feito, o preço da energia teria que ser muito alto para atrair os geradores, ainda que sejam usinas já em operação e amortizadas.

Inicialmente, a ideia da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entidade do governo responsável pelo planejamento do setor no país, era fazer um leilão voltado para energia de projetos existentes com duração mais longa, a fim de “limpar” o sistema antes de contratar projetos de energia nova, evitando novos problemas de sobras contratuais no futuro. Na semana passada, porém, foi divulgado que serão ofertados apenas produtos com duração de dois anos, a partir do início de 2018 e de 2019.

"Foi avaliado que as condições hidrológicas adversas de hoje, que pressionam preços, poderiam contaminar as referências de preços futuros e não queremos congelar preços altos em contratos de maior prazo", disse Luiz Barroso, presidente da EPE, em entrevista ao **Valor**. "Em um leilão, o preço seria mais alto, porque capturaria essa situação de estresse", completou.

O plano anterior previa a realização de um leilão do tipo A-4 para energia existente. Ou seja, os contratos passariam a valer a partir de 2021. Ao mesmo tempo, será feito em dezembro um certame do tipo A-4 voltado para projetos novos. A contratação da energia existente antes impediria que as distribuidoras voltassem a ter sobras contratuais em 2021, cenário enfrentado até o primeiro semestre deste ano.

"Como o governo pode comprar energia para estes anos mais a frente, esta é uma flexibilidade que foi avaliada e julgada relevante", disse Barroso. Se o cenário hidrológico e de preços melhorar no próximo ano, por exemplo, o

governo pode fazer um leilão de energia existente do tipo A-3, com entrega em 2021, e um prazo alongado. "Em vez de fazer a 'limpa' de uma vez, vamos fazê-la aos poucos, justamente pelas preocupações que temos com os preços", explicou o presidente da EPE.

Esses leilões, de qualquer forma, só acontecerão se houver demanda por parte das distribuidoras de energia. "Se não tiver demanda, não tem leilão", disse.

No caso dos leilões de energia existente que serão feitos neste ano, o prazo mais curto dos contratos permitiu uma inovação: os preços não serão indexados à inflação. O risco de inflação é alocado ao vendedor, "o que deixa os contratos mais parecidos com os negociados no mercado financeiro", disse Barroso. Assim, o investidor precisará comprar a proteção (hedge) separadamente.

A opção de não indexar esses contratos à inflação veio do prazo curto dos contratos, que terão suprimento por dois anos. "Em um contrato de curto prazo, faz mais sentido ser desindexado. Em um contrato longo é mais difícil alocar o risco no gerador, porque ele não terá um instrumento financeiro para comprar e se proteger."

A demanda desse leilão vai depender ainda de uma última rodada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD) de energia existente, que será feita neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petróleo fecha em baixa

O petróleo fechou em baixa ontem, pressionado pelos receios de que o aumento da produção americana da commodity vai compensar os esforços para conter o excesso de oferta no mercado. Os contratos do Brent para dezembro caíram 1,2%, a US\$ 56,25 por barril, em Londres. O WTI para novembro recuou 1,4%, a US\$ 50,60 por barril, em Nova York.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletrobrás se defende de ação nos EUA sem mencionar corrupção

A Eletrobrás pediu o arquivamento da ação coletiva aberta contra a companhia por investidores nos Estados Unidos, em uma defesa voltada para argumentos técnicos e jurídicos, sem questionar ou sequer abordar as acusações de que teria se envolvido em um esquema de corrupção e fraude.

No único momento em que aborda o tema corrupção nas 50 páginas de sua defesa, a estatal menciona o termo apenas para falar que os investidores que lideram o processo conheciam "o risco e a probabilidade de corrupção no Brasil e na Eletrobrás."

As evidências de que os investidores teriam reconhecido os riscos de corrupção, no entanto, não aparecem nos documentos obtidos pelo **Valor** (tarjas pretas escondem alguns trechos do texto), por se tratarem de informações confidenciais, segundo a defesa da Eletrobrás.

Defesa da estatal se concentra em questões técnicas e diz que ADRs não eram negociadas em "mercado eficiente"

As partes legíveis do documento mencionam apenas que os investidores reconheceram o risco de corrupção e pagamento de propina na Eletrobrás, o que já seria suficiente para refutar a posição dos acusadores de que eles confiaram em informações falsas divulgadas pela estatal ao mercado quando negociaram as ações.

Como os investidores "tinham ciência dos riscos", teriam negociado os papéis levando em conta que o preço das ações poderia ser afetado por fraude.

O processo contra a Eletrobrás está em um ponto crucial. É agora que o juiz John Koeltl decidirá se vai "certificar" uma "classe" de investidores. A classe é o grupo de investidores que será representado pela ação. Liderado pelo fundo de pensão da cidade americana de Providence e pelo investidor Dominique Lavoie, eles pediram que o juiz certifique o grupo de todos aqueles que negociaram ADRs da Eletrobrás entre agosto de 2010 e junho de 2015. Além disso, pedem que também sejam incluídos os que negociaram títulos da dívida com vencimento em julho de 2019 e outubro de 2021.

Quanto maior o período abrangido pelo processo, mais relevante o número de investidores representados automaticamente na ação - e também mais elevada uma possível indenização cobrada da companhia.

O restante da defesa da Eletrobrás não rebate os argumentos da acusação sobre corrupção. Ela se restringe a aspectos técnicos, como o fato de que as ações da empresa não terem sido negociadas em um "mercado eficiente." Pelo conceito, os investidores só podem ter sido prejudicados por informações falsas

divulgadas pela companhia - que são o cerne do processo - se, de fato, as cotações tiverem reagido às divulgações, reais ou não, feitas sobre a estatal.

A Eletrobrás é processada justamente por ter violado as leis do mercado de capitais americano, ao divulgar as informações falsas que teriam inflado o valor dos papéis, comprovar que os recibos de ações (ADRs) foram negociados em um mercado eficiente é fundamental para que a classe de investidores seja certificada.

Mas os advogados da estatal dizem que os investidores não conseguiram demonstrar que as ações foram negociadas em um mercado eficiente, pois não teriam sido cumpridos os itens que indicariam isso do ponto de vista da Justiça americana (conhecidos como "fatores Cammer").

O estudo feito pelo perito contratado pelos investidores para comprovar a tese, o professor Steven Feinstein, também é questionado pelos advogados da estatal. Uma reportagem publicada pelo **Valor** em dezembro de 2012, com o então diretor de Distribuição da estatal, Marcos Aurélio Madureira Silva, está no centro da discussão. O perito analisou a reação no mercado da reportagem, que dizia que a Eletrobrás iria precisar emitir mais dívida para reestruturar suas subsidiárias depois da Medida Provisória (MP) 579, em 2012.

O problema, segundo os advogados, foi o uso de uma tradução equivocada da reportagem, que tinha como título "Tesouro e BNDES terão que socorrer a Eletrobrás", e relatava que a companhia precisaria buscar recursos nessas entidades da União para reestruturar as distribuidoras de energia federalizadas. Hoje, elas estão em processo de privatização.

A versão da reportagem que chegou ao professor continha o termo "bailout", que significa "resgate" em português. De acordo com a Eletrobrás, a tradução não foi exata, o que desqualificaria a análise.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Celg terá este mês primeiro reajuste após privatização

Primeira distribuidora de energia privatizada da Eletrobrás, a Celg, hoje controlada pela italiana Enel, passará este mês pelo primeiro processo de reajuste tarifário da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sob novo comando. Segundo estimativas da consultoria Thymos Energia, as tarifas da companhia goiana deverão ter um aumento médio de 5%. O reajuste deve entrar em vigor em 22 de outubro.

De acordo com a consultoria, a projeção de alta para as tarifas da distribuidora considera uma elevação na tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd) devido, principalmente, à remuneração relativa à indenização de ativos de transmissão existentes em 2000 e não depreciados.

Segundo Ricardo Savoia, diretor da Thymos Energia, os percentuais de aumento previstos podem variar de acordo com o tipo de consumidor -residencial ou industrial -, mas a tendência de elevação das tarifas vale para todas as classes de consumo.

Nona maior distribuidora de energia do país, a Celg possui quase 3 milhões de clientes e um mercado anual perto de 11,8 gigawatts-hora (GWh). A empresa foi adquirida pelo grupo italiano, por R\$ 2,2 bilhões, em leilão no fim de 2016, a primeira privatização do governo Temer.

A tendência de aumento das tarifas devido à remuneração referente às indenizações às transmissoras também deve ser observada no processo de reajuste tarifário da CPFL Piratininga, distribuidora que atende 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, destaca a Thymos. A consultoria projeta uma elevação média das tarifas da distribuidora de 6%. A nova tarifa da distribuidora deverá entrar em vigor em 23 de outubro.

A CPFL Piratininga é uma das oito distribuidoras do grupo CPFL Energia, cujo controle foi adquirido pela chinesa State Grid em meados do ano passado. A CPFL Piratininga possui cerca de 1,6 milhão de consumidores e um mercado de aproximadamente 8,5 mil GWh anuais.

Nesta semana, o tema da remuneração referente às indenizações das transmissoras foi objeto de discussão na Câmara dos Deputados. O pagamento a essas empresas, pela redução forçada das tarifas durante o processo de renovação das concessões, pelas Medidas Provisórias 579 e 591, em 2012, no governo Dilma Roussef, é motivo de questionamento pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernando Torres | De São Paulo

Título: Demora em baixa de refinarias da Petrobras motiva processo da CVM

O processo sancionador aberto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra 40 atuais e antigos administradores da Petrobras se deve à não realização, na visão da autarquia, de testes adequados que poderiam ter levado

a baixas no valor dos investimentos feitos na Rnest e no Comperj entre 2010 e 2014. Os ajustes contábeis começaram a ser feitos no balanço de 2014, mas, no entender da área técnica da CVM, não foram suficientes mesmo naquele momento.

A norma contábil que autarquia considera que foi violada exige que as empresas avaliem, ao fim de cada ano se há "indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização". E que, se houver, "a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo", fazendo uma baixa da diferença se esse último número for inferior ao registrado não balanço.

Dos oito integrantes da atual diretoria executiva, apenas o presidente Pedro Parente e Nelson Silva, da área de estratégia, estão fora da lista de acusados. Os outros seis - Ivan Monteiro (financeiro), Solange Guedes (exploração e produção), Jorge Celestino (refino), Roberto Moro (desenvolvimento da produção e tecnologia), Hugo Repsold (assuntos corporativos) e João Elek (governança) - aparecem no rol dos que terão de se defender perante a CVM.

Antigos representantes de minoritários no conselho e egressos do setor privado também fazem parte do processo

Nos processos da CVM, os acusados condenados podem ser punidos com multa, suspensão ou inabilitação para atuação no mercado de capitais.

Nenhum membro do atual conselho de administração é mencionado no processo. Já o envolvimento dos atuais diretores decorre do fato de eles terem assumido os cargos antes do balanço de 2014. Esse é o mesmo motivo que levou Aldemir Bendine, ex-presidente da estatal, hoje preso preventivamente suspeito de corrupção passiva, a integrar a lista de acusados. Na Petrobras, toda a diretoria assina um termo dizendo que revisou e concorda com o balanço.

As acusações que pesam contra os seis executivos com cargos são mais restritas que as feitas contra os antigos diretores e conselheiros de administração e fiscais de todo o período investigado. As primeiras se referem a artigos da Lei das S.A. e de instruções da CVM que tratam do respeito às normas contábeis e da integridade das demonstrações financeiras - ou seja, que as informações prestadas devem ser verdadeiras, claras e completas. Contra os demais administradores existe também acusação de falta de dever de diligência.

Entre os antigos executivos, aparecem na lista os ex-presidentes José Sergio Gabrielli e Maria das Graças Foster, o ex-diretor financeiro Almir Barbassa, bem como os condenados na Lava-Jato Paulo Roberto Costa e Renato Duque, que admitiram corrupção nas obras das refinarias.

Constam do termo de acusação também os ex-ministros Guido Mantega, Miriam Belchior e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho, que integraram o conselho da companhia no período.

Antigos representantes de minoritários no conselho e egressos do setor privado, como Fabio Barbosa, Jorge Gerdau, Josué Gomes da Silva também fazem parte do processo, assim como Sergio Quintella, ex-conselheiro e ex-chefe do comitê de auditoria.

As exceções mais claras são os nomes de Mauro Rodrigues da Cunha e José Guimarães Monforte, que apresentaram voto contrários às demonstrações financeiras da Petrobras enquanto foram conselheiros - o primeiro exerceu o cargo em 2013 e 2014 e o segundo apenas em 2014 -, apontando justamente o que viam ser problemas de falta de baixa adequada no valor das refinarias Rnest e Comperj.

O **Valor** apurou que a investigação da CVM aponta uma lista de evidências, ano a ano, de que os testes de impairment e as possíveis baixas no valor dos ativos da Rnest e do Comperj teriam que ter ocorrido muito antes de 2014.

Ainda em 2010, por exemplo, a companhia já tinha a informação de que a potencial sócia PDVSA não havia aportado os recursos na Rnest, que a premissa de benefício fiscal de US\$ 1,25 bilhão constante do plano de negócios (e que o ajudava a tornar teoricamente viável) não havia sido atendida (e nunca foi) e que o orçamento de construção havia subido de US\$ 4 bilhões para US\$ 13 bilhões. Mas nenhum teste de impairment foi realizado.

No ano seguinte, foi realizado um teste para a Rnest de forma isolada, sem nenhuma perda reconhecida - ainda que o aporte da PDVSA continuasse incerto, bem como o benefício fiscal e diante do adiamento da data prevista a operação para a unidade de dezembro de 2012 para junho de 2013.

O inquérito da CVM apurou ainda que, no balanço de 2011, a taxa de juros usada para descontar os fluxos de caixa futuros oriundos da Rnest foi de 5,36%, mais baixa que os 6,8% adotados para a unidade geradora de caixa (UGC) de abastecimento, que reunia as refinarias operacionais da Petrobras. Para a autarquia, a diferença de taxas é um contrassenso, dado que o ativo pré-operacional estava sujeito a riscos maiores.

Ainda a partir do balanço de 2011, a CVM menciona o investimento no Comperj, que não teve teste de impairment separado, sendo incluído na UGC das demais refinarias. Ela cita revisão para cima do orçamento (de US\$ 7,97 bilhões para US\$ 11,76 bilhões) e o fato de estudo interno da estatal apontar valor presente

líquido negativo para unidade como evidências de que uma perda no valor recuperável deveria ser registrada.

A norma contábil que trata desse tema diz expressamente que a existência de relatório interno apontando que um ativo terá desempenho pior que o esperado é uma dessas evidências.

Em relação aos demonstrativos de 2012 e 2013, quando Rnest passou a ser incluída na UGC de abastecimento (o Comperj já era desde 2011), as críticas apontadas pela autarquia são as mesmas, conforme o **Valor** apurou. Para a CVM, os sucessivos adiamentos de previsão para entrada em produção, as constantes revisões bilionárias de orçamento e o fato de os dois serem ativos pré-operacionais, com risco diferente das demais refinarias, eram evidências suficientes para a necessidade de um teste de impairment separado e de uma consequente baixa nos valores.

Já no balanço de 2013 o conselheiro independente Mauro Cunha apresentou voto contrário às demonstrações financeiras, citando esse ponto específico. Posteriormente, ele foi afastado do cargo no comitê de auditoria da estatal. Foi somente em abril de 2015, após o episódio de atraso na publicação do balanço do terceiro trimestre de 2014 por conta das investigações de corrupção da Lava-Jato, que culminou com a troca de diretoria executiva da companhia, que as primeiras baixas contábeis foram feitas, no balanço referente a dezembro de 2014.

No quarto trimestre daquele ano, o valor contábil do Comperj no balanço foi reduzido de R\$ 26 bilhões para R\$ 4 bilhões, enquanto no 2º trem da Rnest houve baixa de R\$ 16,5 bilhões para R\$ 7,3 bilhões. Na ocasião, embora tivesse mantido a prática de adotar uma única unidade geradora de caixa para avaliar os ativos de abastecimento, a Petrobras argumentou que o adiamento desses dois projetos justificaria a realização de um teste de impairment separado.

Para a CVM, contudo, a Petrobras tinha evidências de que havia perdas a serem reconhecidas no 1º trem da Rnest e não foi feito um teste individual para este ativo. Os conselheiros Cunha e Monforte se manifestaram contra a decisão da empresa de manter este ativo dentro da UGC de abastecimento, mas foram voto vencido no órgão.

Os conselheiros fiscais eleitos pelos minoritários, Reginaldo Alexandre e Walter Albertoni, fizeram ressalva semelhante referente ao balanço de 2014. Mas em 2013 aprovaram as contas sem menção ao caso e por isso foram incluídos no processo sancionador da CVM.

As condutas da KPMG, que auditou os balanços da Petrobras até 2011 e da PwC, que prestou esse serviço para a Petrobras entre 2012 e 2016, são analisadas pela CVM em processos administrativos separados. Mas ainda não há acusação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Shell reforça atuação em exploração no Brasil

A decisão da Shell de exercer a opção de venda de sua fatia de 16,77% na Comgás à Cosan, anunciada esta semana, já era esperada pelo mercado e reforça os planos da petroleira anglo-holandesa de concentrar sua atuação no Brasil no setor de exploração e produção de petróleo principalmente em águas profundas.

Em âmbito global, a saída do capital da Comgás, maior distribuidora de gás canalizado do Brasil, com mais de 14 mil quilômetros de dutos e 1,7 milhão de consumidores em 81 municípios, está em linha com o abrangente plano de venda de ativos da Shell, de US\$ 30 bilhões.

Dessa meta, a empresa já cumpriu US\$ 15 bilhões, possui outros US\$ 7 bilhões em desinvestimentos já anunciados e mais US\$ 4 bilhões em negociações em curso, de acordo com dados da companhia do segundo trimestre. O exercício de venda da fatia na Comgás deve agregar US\$ 380 milhões à Shell.

Com relação ao Brasil, com a aquisição da BG, concluída no ano passado, a Shell aumentou sua influência no pré-sal do país, com participações nos campos de Lula e Sapinhoá, nos quais a empresa é minoritária. Com o negócio, a Shell se tornou a segunda maior produtora de petróleo do país, atrás apenas da Petrobras. Hoje, cerca de 10% da produção mundial da empresa vem do Brasil, o equivalente a 320 mil barris diários de óleo.

A anglo-holandesa também possui participação de 20% no consórcio detentor do campo de Libra, também no pré-sal da Bacia de Santos. Os demais sócios são Petrobras (40%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC (10%). Em recente entrevista ao **Valor**, a diretora financeira mundial da Shell, Jessica Uhl, destacou que a companhia pretende investir ao menos US\$ 10 bilhões no Brasil até 2021.

Na 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em setembro, a Shell teve uma atuação discreta. Fez propostas por apenas dois blocos na Bacia de Santos, em parceria com a espanhola Repsol, mas perdeu as duas disputas para o consórcio formado por Petrobras e ExxonMobil.

A expectativa no mercado é que a Shell aumente o cacife para a 2ª e 3ª Rodadas do pré-sal, marcadas para 27 de outubro, onde serão ofertadas oito áreas no total. Pelo menos para uma das áreas, a aposta da Shell é dada como certa: a área unitizável do campo de Gato do Mato, na Bacia de Santos. Isso porque a companhia já é operadora da parte concedida do campo, com 80% de participação, em sociedade com a francesa Total.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Álvaro Campos e Vinícius Pinheiro | De São Paulo

Título: Gerdau fecha captação de US\$ 650 milhões

A siderúrgica Gerdau fechou uma captação de US\$ 650 milhões com uma emissão de títulos de dívida (bônus) no exterior, com prazo de dez anos. A última vez que a companhia acessou o mercado externo foi em 2014. A Gerdau pretendia originalmente captar US\$ 500 milhões, mas com forte demanda dos investidores, que superou a oferta em seis vezes, decidiu ampliar o volume da emissão. A remuneração ao investidor (yield) ficou em 5% ao ano.

A agência de risco Fitch atribuiu rating "BBB-" para a emissão, o que coloca a Gerdau como uma das poucas companhias brasileiras com grau de investimento e permite o acesso a uma base maior de investidores. O bom resultado também é consequência da farta liquidez do mercado externo e da melhora da percepção em relação ao Brasil, segundo Guilherme Silveira, superintendente da área de mercado de capitais de dívida do Santander, um dos coordenadores da operação, junto com o Citigroup. "A janela para as captações desde setembro tem sido muito forte", afirma.

A Gerdau pretende usar os recursos captados para o refinanciamento da dívida, o que inclui a recompra de bônus da companhia com vencimento em 2020, 2021 e 2024 em circulação no mercado. A Gerdau sinalizou durante as apresentações aos investidores o compromisso de reduzir o nível de endividamento. No início do mês, a empresa anunciou a venda das operações no Chile, por US\$ 154 milhões.

Depois da siderúrgica, pelo menos duas emissões deverão ir a mercado na próxima semana: a do Banco do Brasil e da companhia aérea Azul, que se prepara para fazer a primeira captação internacional com títulos de dívida.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Legislação & Tributos****Autor: Beatriz Olivon | De Brasília****Título: Disputa entre Petrobras e ANP será definida por arbitragem**

Um conflito bilionário entre a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deverá ser resolvido por meio de arbitragem, segundo decisão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os ministros acataram pedido da companhia para que contratos de concessão de petróleo fossem analisados por um tribunal arbitral, e não pela Justiça Federal.

O uso da arbitragem é relevante para o setor, de acordo com Antonio Guimarães, secretário executivo de exploração e produção do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), parte interessada na ação. Esses procedimentos, acrescentou, são considerados mais rápidos que a Justiça e têm maior possibilidade de análise técnica. "Todos os grandes contratos de infraestrutura têm cláusula de arbitragem", disse.

No caso julgado pelo STJ (CC 139519), além da petrolífera e da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o processo interessava ao governo do Espírito Santo e é estimado em, pelo menos R\$ 2,09 bilhões. A agência reguladora cobra a estatal por uma participação especial (compensação financeira extraordinária) pela exploração de óleo e gás em áreas do Parque das Baleias, no Espírito Santo.

A cobrança remonta a 2014, quando a ANP passou a considerar que os campos do Parque das Baleias são interligados, o que geraria o pagamento dessa participação especial. Por não concordar com a mudança, a Petrobras buscou a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI). Antes de ser instaurada a demanda, entrou com uma ação na Justiça Federal para afastar a cobrança.

Na primeira instância, a estatal havia obtido liminar, mas a decisão foi cassada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região. A ANP passou, então, a cobrar o montante da Petrobras, mais penalidade de 50% sobre o débito caso o pagamento não fosse efetuado até abril de 2015. Isso levou a petrolífera a recorrer ao STJ para que se defina o conflito de competência.

A questão começou a ser analisada pela 1ª Seção do STJ em 2016. O relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, votou pela competência da Justiça Federal. A ministra Regina Helena Costa divergiu e reconheceu a competência do tribunal arbitral, acompanhada pelo ministro Mauro Campbell Marques.

O julgamento foi retomado na quarta-feira com o voto-vista do ministro Benedito Gonçalves. De acordo com ele, a controvérsia sobre contrato de concessão e exploração tangência direito patrimonial disponível, que pode ser solucionado pela arbitragem. Mas, no caso concreto, entendeu que seria mais adequada a Justiça Federal por tratar de competência para resolver litígios sobre aplicabilidade e validade da resolução editada pela ANP.

"Parece-me que o juízo arbitral não pode ser imposto ao Espírito Santo", afirmou, citando o Estado que pode ser afetado pela distribuição de royalties. Para o ministro, o governo estadual não poderia ser impedido de recorrer à Justiça. Na sequência, os ministros Assusete Magalhães, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram pela arbitragem.

Os advogados da Petrobras celebraram a decisão na saída do julgamento, mas não quiseram comentar o resultado. Por nota, a companhia afirmou que o entendimento reafirma a validade da cláusula de arbitragem dos contratos de concessões, o que aumenta a segurança jurídica no setor de óleo e gás no país.

No texto, a Petrobras acrescentou que a discussão do mérito continuará sendo feita e que reiniciará a arbitragem sobre o caso imediatamente. A Advocacia-Geral da União (AGU) não deu retorno até o fechamento da edição.

Em nota explicativa no balanço do primeiro trimestre, a Petrobras estima impacto de R\$ 6,772 bilhões para a determinação da ANP de unificar alguns campos. Além do Parque das Baleias, a estatal cita outras unificações. A empresa afirma no documento que as questões envolvem processos judiciais e arbitrais, sendo que, por força das decisões judiciais, as arbitragens estavam suspensas. A empresa já depositou judicialmente valores relativos às disputas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: País quer apresentar RenovaBio na COP 23

O governo federal indicou em reunião na terça-feira com parlamentares da bancada ruralista que as preocupações sobre o impacto inflacionário do RenovaBio se dissiparam e que pretende editar a medida provisória que criará o programa nas próximas duas semanas. A expectativa do Executivo é encaminhar o programa ao Legislativo a tempo de apresentá-lo na Conferência do Clima de Bonn, a COP 23, que será realizada entre os dias 6 e 11 de novembro na cidade alemã.

Segundo fontes que estiveram na reunião, o ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, afirmou aos ruralistas que estava alinhado com o tema e que, de seu lado, não havia mais questionamentos. Na solenidade de assinatura do RenovaBio também deverá ser assinado o decreto que eleva para 10% o percentual obrigatório de mistura do biodiesel no diesel vendido no país.

Na semana passada, o Ministério do Meio Ambiente elaborou uma nota técnica que calcula que os créditos de descarbonização (CBios) podem ter um impacto de 0,02 e 0,16 ponto percentual no IPCA. Os CBios são instrumentos previstos no RenovaBio que poderão ser utilizados pelas distribuidoras de combustível para garantir o cumprimento de suas metas anuais de descarbonização, que serão determinadas pelo governo.

No melhor cenário inflacionário traçado pelo **MME**, foi considerado o estímulo que os CBios terão para o aumento da eficiência econômica da produção de etanol. E o ministério considera que a redução de custos relativos a esse estímulo é exequível no "médio e longo prazos".

Nos cálculos do MME, o valor máximo dos CBios poderá alcançar R\$ 50,50 a tonelada de gás carbônico equivalente, o que levaria a um aumento de R\$ 0,07 por litro de gasolina na bomba. No cenário que prevê ganho de eficiência por parte dos produtores de etanol, estima-se que os CBios serão negociados a R\$ 7,70 a tonelada de gás carbônico equivalente, o que se refletiria em aumento de 0,5% no preço da gasolina nos postos.

O MME ressaltou, ainda, que o impacto do RenovaBio na inflação também dependerá, em grande medida, das metas de redução de emissões que serão definidas pelo governo, como prevê o programa. As metas deverão levar em consideração a situação da oferta nacional de combustíveis e a evolução das importações e do consumo, entre outros fatores. Se a MP do RenovaBio for enviada ao Congresso a tempo, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, pretende usar a Conferência de Bonn como "vitrine" do programa para o mundo.

MME / ASCOM .